

63º Conad prepara categoria docente para **lutas do segundo semestre**



Reunidos em Fortaleza (CE), os mais de 300 participantes do 63º Conad debateram os rumos do ANDES-SN diante da ofensiva contra os direitos dos docentes. Esses ataques pesam, também, sobre todos os trabalhadores, com a drástica redução dos investimentos no serviço público e a retirada de direitos.

Organizado pela Sinduece-SSind., o encontro foi marcado por intensos e democráticos debates. A categoria docente sai do 63º Conad mais organizada para encampar as lutas pela revogação da Emenda Constitucional 95, por melhorias salariais e melhores condições de trabalho.



DEBATE DEMOCRÁTICO

O 63º Conad foi um espaço do exercício democrático e de respeito às diferenças. Profundos e intensos debates marcaram os quatro dias de evento. **5 a 12**

CARTA DE FORTALEZA

Ao final do 63º Conad, foi lida a Carta de Fortaleza. Trata-se de um manifesto político que condensa os principais debates e as resoluções tomadas no evento. **3 e 13**

INTERVENÇÃO NO RJ

Entrevistamos Shyrlei Rosendo, moradora da Maré, que fala sobre sua relação com Marielle Franco e sobre a intervenção militar naquela comunidade. **14 a 16**

Carta de Fortaleza*

“Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica”, esse foi o tema do 63º Conad, realizado em Fortaleza (CE), entre 28 de junho a 1º de julho. Organizado pelo Sinduece - Seção Sindical, o evento contou com mais de 300 participantes, entre delegados, observadores e membros da direção do sindicato.

O início do Conad coincidiu com o dia do Orgulho LGBTI, e os presentes denunciaram os assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil. A apresentação do grupo de mulheres negras e lésbicas "Tambores de Safo" empolgou. Lenços verdes, símbolo da luta pela legalização do aborto, foram erguidos, homenageando as vitórias na Argentina e na Irlanda.

Na abertura, uma das mais antigas funcionárias do sindicato, Fátima Alves da Silva foi homenageada. Ela se aposenta e deixa a entidade. A vereadora Marielle Franco, executada no Rio de Janeiro também foi homenageada. Duas edições da Revista Universidade e Sociedade foram lançadas. Também foi promovida a cartilha sobre os cortes de verbas nas instituições federais de ensino superior.

Ainda na abertura, Eblin Farage, então presidente do ANDES-SN, ressaltou o protagonismo do Sindicato Nacional nas lutas desde o segundo semestre de 2016, que buscou unir forças com outras entidades em defesa dos serviços públicos e contra a retirada de direitos. Eblin destacou o combate ao machismo e ao assédio sexual como um ponto forte da gestão 2016-2018. Por fim, salientou que a eleição do sindicato mostra o reconhecimento do ANDES-SN

como o único e legítimo representante da categoria.

Após a saudação das entidades e movimentos convidados, a nova diretoria da entidade foi empossada. À frente da chapa "ANDES Autônomo e de Luta", o novo presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves Filho, chamou à unidade da classe e das forças políticas para resistir aos ataques contra os trabalhadores e reafirmou a tradição de independência e autonomia do ANDES-SN.

Na plenária do Tema I, o debate sobre a conjuntura caracterizou o agravamento da crise internacional do capital e seus efeitos no Brasil. O impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, o avanço do conservadorismo e a necessidade de mobilização da categoria para enfrentar os retrocessos marcaram a plenária.

Nos grupos de trabalho, debateu-se a atuação do sindicato, e a plenária do Tema II debateu e atualizou o plano de lutas. O debate democrático e a aprovação de resoluções que preparam o sindicato para os diferentes desafios marcaram o Conad.

Enfrentar as contrarreformas, lutar pela revogação da EC 95 e pela legalização do aborto foram pontos centrais no encontro. Foi indicada a implementação de cotas étnico-raciais para a composição da diretoria nacional do ANDES-SN e foi aprovada a defesa das comissões de autodeclaração étnico-racial como garantidor da política de ações afirmativas nas universidades, Cefets, Institutos e Colégios de Aplicação.

A plenária se posicionou contra a Portaria nº 38/18 da Capes e debateu a produção agroecológica e a solidariedade ao povo venezuelano em Roraima. O plano de lutas das

Federais, Estaduais e Municipais foi atualizado, e serão realizadas ações contra o assédio moral, sexual e o racismo. Os delegados aprovaram ações conjuntas das estaduais e o XVI Encontro Nacional do Setor das Iles/Imes. No setor das Federais foi aprovada a atualização do calendário de atividades. Deliberou-se pelo Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel e solidariedade ao povo palestino. Os delegados aprovaram ações em defesa dos direitos humanos na favela da Maré, denunciando, responsabilizando e cobrando do Estado apuração e punição dos assassinos de Marielle Franco e de Anderson Gomes.

Os delegados aprovaram a homologação, ad referendum do próximo Congresso, da Associação dos Professores e Professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul-Sindofic como Seção Sindical do ANDES-SN. Também elegeram a nova Comissão da Verdade do ANDES-SN. A plenária aprovou, por aclamação, a indicação da Adunb, Seção Sindical do ANDES-SN na UnB, como próxima sede do Conad. Sem nenhuma ressalva, a prestação de contas do ano de 2017 foi aprovada.

O Espaço de Convivência para crianças que acompanharam suas mães foi destaque no Conad, que ainda contou com apresentações culturais que animaram os quatro dias de evento.

A realização do Conad na Uece em um momento de ataques ao funcionalismo cearense e às universidades do estado reforça a necessidade de fortalecimento das instituições estaduais e municipais. Por isso, 63º Conad afirmou: Uece resiste!

O 63º Conad fortaleceu o ANDES-SN enquanto entidade classista e legítimo representante dos docentes do ensino superior público. Os desafios são grandes, mas a disposição demonstrada mostrou que haverá luta. O 63º Conad foi encerrado com os versos do poeta cearense Patativa do Assaré:

**“Eu sou de uma terra que o povo padece
Mas não esmorece e procura vencer”.**

Marielle, presente! 63º Conad do ANDES-SN. Fortaleza, estado do Ceará, 1º de julho de 2018

*VERSÃO RESUMIDA DA CARTA DE FORTALEZA



EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes Drt-DF 13743

Música, homenagens e posse da nova diretoria marcaram início do 63º Conad



Com a apresentação cultural do grupo “Tambores de Safo”, a abertura do 63º Conad, na Universidade Estadual do Ceará (Uece), foi marcada pela batucada cearense, por letras musicais e poemas que destacaram a luta das mulheres.

As falas dos participantes que estiveram à mesa de abertura apontaram a necessidade de reorganização da classe trabalhadora, para intensificar a mobilização contra a retirada de direitos e pela revogação das leis que atacam os trabalhadores.

Rejane Oliveira, representante da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, ressaltou a importância do Sindicato Nacional na construção das lutas da classe trabalhadora. “Para a CSP-Conlutas, o ANDES-SN é uma entidade muito importante, pelo seu papel no debate e defesa da educação pública no Brasil, e também pela sua posição política de autonomia e independência, na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, por fazer avançar um projeto de sociedade e construir a luta de unidade da classe trabalhadora”, disse.

Então presidente do ANDES-SN, Eblin Farage encerrou sua gestão agradecendo a confiança da categoria e fez um balanço do mandato. “Os últimos dois anos exigiram muito de nós, pois a conjuntura demandou intensa mobilização. E o Sindicato Nacional respondeu a todo esse processo. Ouso dizer que não houve uma ação de

rua sequer, com uma data nacional de mobilização, que o ANDES-SN não tenha sido protagonista ou ajudado a construir, ombro a ombro, com as demais categorias de trabalhadores”, avaliou.

Presidente empossado, Antonio Gonçalves discursou chamando a construção da unidade, superando as diferenças políticas. “Quero reafirmar o nosso compromisso em continuar construindo um sindicato autônomo, de luta, classista, que se organiza pela base, com diálogo e democracia interna. Serão esses os princípios norteadores das nossas ações. Assumimos essa tarefa em um momento de mais uma crise internacional do capital e de ofensiva dos setores reacionários, que têm intensificado os ataques à classe trabalhadora, com retirada de direitos, recrudescimento do conservadorismo, combate à autodeterminação dos povos, opressões, perseguições e mortes”, disse.

Para Antonio, a reorganização da classe é uma prioridade e deve ser realizada por meio da construção do mais amplo espaço de unidade de ação. “Precisamos derrotar as contrarreformas do governo ilegítimo de Temer. Para isso, é necessário fortalecer a CSP-Conlutas. Nos esforçamos para fazer dessa central um espaço cada vez mais democrático, que reúna amplos setores. No que se refere à categoria docente, tenho como tarefa a ampliação da nossa base nas universidades, Cefets, institutos e colégios de aplicação, o fortalecimento

das assembleias de base, para lutarmos por uma carreira estruturada, melhores condições de trabalho e de remuneração salarial tanto no setor das Federais, quanto nos das Estaduais e Municipais,” disse ao declarar aberto o 63º Conad.

ABORTO NO BRASIL

A aprovação, na Câmara de Deputados da Argentina, da legalização do aborto foi comemorada durante a abertura do 63º Conad.

Raquel Dias, 1ª tesoureira do ANDES-SN, ressaltou a necessidade de avançar nessa pauta também no Brasil. Distribuindo lenços verdes, símbolo da luta das mulheres argentinas, ela explicou: “Há muita luta evidentemente, mas há também muitos ataques. Então, uma vitória como essa, deve ser comemorada por todas as mulheres do mundo e por todos os homens, companheiros, que lutam ombro a ombro pelos direitos reprodutivos das mulheres.”

Outra pauta de luta das mulheres foi exaltada pela ex-presidente e atual secretária-geral Eblin Farage, que destacou uma das ações que marcou sua gestão: a campanha contra o assédio sexual. Ela reafirmou que é hora de dar um basta no assédio e que essa continuará sendo uma das principais bandeiras do ANDES-SN.

Publicações lançadas durante o Conad



Duas edições da Revista Universidade e Sociedade (U&S) foram promovidas durante o 63º Conad. Além do número 62 da publicação, "A Barricada fecha a rua, mas abre o caminho: 50 anos do Maio de 68 e atualidade das lutas sociais", foi apresentada a edição especial da revista: "130 anos da Abolição da Escravidão no Brasil: Resistência do Povo Negro e a Luta por Reparções".

Também foi divulgada a cartilha "Crise de financiamento das Universidades Federais e da Ciência Pública".

Na apresentação da edição 62 da U&S, Erlando Rêses, diretor do ANDES-SN e membro da comissão editorial da publicação, destacou as entrevistas com os docentes José Vitório Zago e Olgaíses Maués, que contaram as suas experiências em maio de 1968. Rêses destacou os artigos que abordaram a contrarreforma Trabalhista e o desmonte das universidades estaduais brasileiras.

desde a produção cultural, passando pelo movimento estudantil até o movimento sindical. Certamente, umas das maiores expressões da ascensão do movimento de massas foi a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro, contra a ditadura empresarial-militar e o imperialismo estadunidense. A reação do governo militar para conter as lutas da comunidade acadêmica e da classe trabalhadora foi pesada. O Ato Institucional Número Cinco (AI-5), considerado como um golpe dentro do golpe, e o Decreto 477 criaram condições para que professores, estudantes e funcionários de universidades fossem perseguidos, sob a acusação de subversão ao regime.

Homenagem à Fátima Alves da Silva

A U&S 62 também trouxe uma entrevista com Fátima Alves da Silva, secretária do ANDES-SN, que está se aposentando depois de 34 anos de dedicação ao sindicato e à

Maio de 1968

Em 10 de maio de 1968, ocorreu a Noite das Barricadas, quando 20 mil estudantes enfrentaram a polícia nas universidades e nas ruas de Paris, na França. Dias depois, a mobilização estudantil ganhou o apoio dos operários das fábricas, o que culminou numa das maiores greves gerais da Europa. Os ecos daquela mobilização chegaram ao Brasil, impactando

categoria docente. Além da entrevista, Fátima foi homenageada com uma edição especial do Informandes, distribuído no Conad, e com um vídeo com depoimentos de ex-diretores e trabalhadores da entidade. O vídeo foi exibido na abertura do evento. Os materiais estão disponíveis no site do ANDES-SN.

Edição Especial da U&S

A edição especial "130 anos da Abolição da Escravidão no Brasil: Resistência do Povo Negro e a Luta por Reparções" foi apresentada pelos diretores do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, questões étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual, GTPCEGDS. Caiúá Al-Alam, 2º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul e integrante do GT, ressaltou que esta publicação amplia o debate sobre a reparação ao povo negro brasileiro e destacou o papel do ANDES-SN neste debate. "Essa é uma forma do ANDES-SN demarcar, mais uma vez, a importância da luta do povo negro no Brasil. Para o ANDES-SN, esse tema é de fundamental importância para a luta de classes", acrescentou.



Cartilha Financiamento

Durante o 63º Conad também foi divulgada a cartilha "Crise de financiamento das Universidades Federais e da Ciência Pública", produzida pelos grupos de trabalho de Política Educacional, Ciência e Tecnologia e Verbas. Jacqueline Lima, diretora do ANDES-SN, explicou que a publicação é uma deliberação congressual e que contou com o apoio de diversos docentes para sua produção.

Emerson Duarte Montes, que também participou da produção do documento, ressaltou que "a cartilha se configura como subsídio central para as seções sindicais poderem se armar para a luta, tanto em nível nacional quanto nos estados".

EDIÇÃO 63 DA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

"A Reforma de Córdoba: permanências e rupturas nas lutas pela educação pública e gratuita" será o tema do próximo número da revista Universidade e Sociedade. A edição 63 será lançada no 38º Congresso do ANDES-SN, em janeiro de 2019.

Além dos textos relacionados à temática central, também são aceitos artigos sobre questões da educação superior brasileira, como estrutura das universidades, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho docente, questões de cultura, artes, ciência e tecnologia, apresentação de experiências de organização sindical de outros países, além de resenhas críticas de livros.

Os materiais enviados para a revista deverão obedecer à normatização descrita na circular 199/2018 e ser submetidos até o dia 21 de setembro de 2018, através do email andesregsp@uol.com.br.

Plenária avaliou conjuntura e atuação do movimento docente

A primeira plenária temática do 63º Conad discutiu o movimento docente e a conjuntura. Ela também fez uma avaliação da atuação do ANDES-SN frente às deliberações do 37º Congresso, realizado em janeiro, em Salvador (BA).

Foram apresentados quatro textos por seus autores. Apesar das diferentes leituras, todos apontaram a necessidade de construção de uma ampla unidade para enfrentar os ataques à classe trabalhadora. A perspectiva, segundo os participantes, é a construção de uma nova Greve Geral.

Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, falou em nome da diretoria da entidade, defendendo o texto "Movimento Docente e Conjuntura". Ele destacou os desafios da reorganização da classe trabalhadora e a importância de se ampliar a unidade entre os docentes e outras categorias. Segundo disse, para reverter os ataques aos direitos sociais e trabalhistas, que não ocorrem só no Brasil, será preciso intensificar as lutas.

José Alex Santos e Luis Eduardo Acosta defenderam o texto "Reorganizar a classe trabalhadora para enfrentar a crise geral do capital e promover um novo ciclo de lutas sociais classistas". Em sua fala, Acosta apontou o processo de apassivamento da classe trabalhadora e a necessidade de compreensão dessa mudança no modo de vida. A partir daí, pensar o processo de organização dos trabalhadores. Os docentes propuseram colocar em debate a proposta de uma universidade popular, para além de pública, que atenda a classe trabalhadora.



Eudes Baima e Gisele Moreira apresentaram o texto "Afirmar a luta contra o golpe, em defesa da universidade e pelo Lula Livre"; *avançar na campanha salarial 2019*. Fizeram uma análise dos ataques à democracia nos seis meses que passaram após o 37º Congresso do ANDES-SN, citando o assassinato de Marielle Franco, o ataque à Caravana do Partido dos Trabalhadores e a prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. Também apontaram a necessidade de ampliar a luta em unidade com outros movimentos.

O texto "Só é possível avançar com lutas! é preciso construir uma rebelião em nosso país" foi defendido por Raphael Furtado, que destacou os diversos ataques aos trabalhadores nos estados, protagonizados pelos governos do PT - como Piauí, Bahia e Ceará -, para ressaltar que a retirada de direitos e a violência do Estado não estão restritas a um partido ou apenas ao governo federal. Ele destacou que esses ataques não começaram no governo Temer. O docente

disse ser necessário manter a coerência em relação à centralidade da luta aprovada no 37º Congresso, em janeiro.

Após a apresentação dos autores, os demais participantes do Conad se manifestaram. Foram mais de 20 falas que, com diferentes caracterizações sobre a conjuntura, expressaram a diversidade de pensamento na categoria. Para Cláudio Mendonça, 2º tesoureiro do ANDES-SN, que coordenou a mesa da plenária, esse espaço de debate demonstra o respeito às diferenças, elemento que pauta a atuação do ANDES-SN.

"Essa plenária é de extrema importância para o nosso sindicato, pois expressa um aspecto fundamental, de organização da nossa história, que é a mais ampla democracia. Aqueles que elaboram os textos têm tempo disponível para apresentá-los. Além disso, todos os delegados e observadores têm possibilidade de intervir, fomentando o debate e contribuindo para que o nosso sindicato se fortaleça cada vez mais", avaliou.



Atualização das Políticas Sindicais aponta agenda de lutas para o segundo semestre



Na atualização do Plano de Lutas de Política Sindical, os participantes discutiram o processo de reorganização da classe trabalhadora e também a atuação do ANDES-SN frente ao processo eleitoral deste ano.

Decidiram por convocar a comissão criada na reunião de reorganização da classe trabalhadora, realizada no final de 2017, para promover os debates nos estados e realizar uma reunião ampla de reorganização da classe trabalhadora no segundo semestre de 2018. O ANDES-SN fará ainda um seminário interno com o tema "Processo de reorganização da classe

trabalhadora" e contribuir para a construção de um Encontro Nacional.

Além disso, o Sindicato Nacional irá organizar junto ao Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e ao Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), um calendário de mobilizações, paralisações e greves dos servidores. A luta terá como foco impedir a aprovação da contrarreforma da Previdência e pela revogação da Emenda Constitucional 95, da contrarreforma trabalhista e da terceirização irrestrita, na perspectiva de construção de uma greve geral.

AGENDA DE LUTAS

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) construirá, junto com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), mobilizações e paralisações nos estados. A intenção é marcar o Dia Nacional de Lutas agendado pelas centrais sindicais para 10 de agosto. As entidades, além disso, não descartam a possibilidade de realizar um ato em Brasília.

Os Fóruns também indicaram a construção de um seminário nacional sobre os serviços públicos. A ideia é reunir servidores federais, estaduais e municipais em Brasília (DF), na segunda quinzena de agosto. Entre diversos temas, a data-base do funcionalismo público estará na pauta. A questão também deve ser foco de manifestação prevista para o dia 12 de setembro, quando haverá a mudança da presidência do Supremo Tribunal Federal. O objetivo será pressionar pela votação urgente da data-base no serviço público.

FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL

Os delegados do 63º Conad aprovaram ainda a organização do Curso de Formação Política e Sindical com o tema *Universidade, trabalho e movimento docente*, com duração de três dias, para abordar os seguintes tópicos: Movimento docente – da ANDES para o ANDES-SN; Organização dos trabalhadores, sindicatos e lutas de classes; e Desafios do sindicalismo nos tempos da transformação do mundo do trabalho. O curso deve ocorrer entre os dias 14 e 16 de setembro, conforme agenda já divulgada pela diretoria do Sindicato.

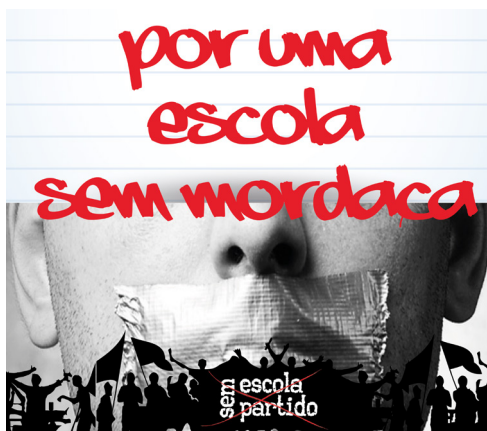


Sindicato realizará eventos para discutir pautas de Política Educacional

Para intensificar a luta em defesa da educação pública e gratuita, os docentes aprovaram a atualização proposta pela diretoria nacional para o Plano de Lutas de Política Educacional. A denúncia dos cortes de verbas para o financiamento das Instituições Federais de Ensino (Ifes), bem como das Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes), segue na pauta. O Sindicato Nacional irá ampliar a divulgação também das consequências que esses cortes trazem à manutenção do princípio entre ensino, pesquisa e extensão. E, também, o impacto negativo nas condições de trabalho e nas carreiras dos docentes e técnico-administrativos.

Com o objetivo de fortalecer o enfrentamento ao Projeto de Lei 7180/14 - "Escola sem Partido"- e seus apensados, o ANDES-SN articulará reuniões, em nível nacional e local com comitês, frentes, fóruns em defesa da educação pública, democrática e laica. Os encontros deverão definir ações para barrar a aprovação dos PLs, tanto no Congresso Nacional quanto nas Câmaras estaduais e municipais.

Em julho, a votação do PL 7180/14 foi suspensa, após intensa atuação das entidades sindicais, movimentos sociais e parlamentares defensores da Escola



Sem Mordaca. O ANDES-SN esteve presente na atividade. Depois da sessão na Câmara dos Deputados, representantes da Frente Escola Sem Mordaca se reuniram na sede do Sindicato Nacional, para traçar estratégias de intensificação da luta.

Outro tema discutido na atualização das Políticas Educacionais foi o debate sobre o Capacitismo e a inclusão de pessoas com deficiência, a partir da intersecção com as questões de classe, gênero e raça, com produção de materiais sobre o tema. Além disso, os docentes realizarão ações contra o Projeto de Lei 278/16, que altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denunciando o retrocesso na política de educação inclusiva das pessoas com

deficiência, entre outras lutas.

Foram incluídos ainda dois novos itens no plano de lutas. Um que trata da luta pela revogação da portaria Capes 38/2018, sobre residência pedagógica. E outro sobre a defesa do método de autodeclaração étnico-racial e a constituição das comissões de verificação nas IES, para garantir a política de ações afirmativas.

III ENE

Dando sequência à construção do terceiro Encontro Nacional de Educação (III ENE), as seções sindicais e secretarias regionais do Sindicato Nacional deverão mobilizar para a realização dos encontros preparatórios ao III ENE, até dezembro de 2018. O encontro nacional está previsto para ocorrer em abril de 2019, em Brasília (DF).



AGENDA - SEMINÁRIO EAD

O Grupo de Trabalho em Políticas Educacionais realizará, conforme deliberação do 63º Conad, o Seminário sobre Educação à Distância (EaD), no segundo semestre deste ano. Em agenda de atividades divulgada pela diretoria nacional, o evento está previsto para acontecer entre 7 e 9 de dezembro, no Rio de Janeiro (RJ).



Docentes atualizam lutas sobre políticas agrárias e urbanas

Direitos reprodutivos das mulheres foi foco do debate sobre Políticas de Classe, Etnia, Gênero e Diversidade Sexual

Temas como a luta contra o uso de agrotóxicos, o direito à cidade, a ocupação dos espaços urbanos, a criminalização dos movimentos sociais rurais estão na atualização do Plano de Lutas de Política Agrária, Urbana e Ambiental do ANDES-SN.

A entidade seguirá aprofundando, em articulação com a CSP-Conlutas, o debate sobre o uso de agrotóxicos, na perspectiva de enfrentamento à sua utilização e contra a votação do “Pacote do Veneno”, em tramitação no Congresso Nacional. Os docentes discutiram também a defesa da agroecologia, o consumo desses alimentos e o fortalecimento de projetos político-pedagógicos nesse campo. O Sindicato Nacional incorporar-se-á à campanha “Chega de Agrotóxicos”.

Ainda em relação às questões do campo, os docentes apontaram como necessário aprofundar o debate sobre os direitos das populações originárias e camponesas e também sobre a criminalização dos movi-

mentos sociais rurais e o assassinato dos lutadores do campo.

Outra questão abordada pelos delegados e observadores foi o direito à cidade e a construção de um espaço urbano não excludente. Além disso, ressaltou-se a importância em promover debates e denúncia sobre a criminalização das ocupações urbanas.

GTPCGEDS

O centro do debate, na atualização do Plano de Lutas de Políticas de Classe, Etnias, Gênero e Diversidade Sexual, foi a luta por direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Em relação ao tema, foi abordada a importância de discutir nos espaços do GTPCEGDS os impactos dessa mobilização na carreira docente. A necessidade de ação conjunta, com a CSP-Conlutas e com outras entidades, na luta pela legalização do aborto e contra a tramitação de projetos de lei que retirem direitos das mulheres foi reafirmada pela categoria.

Outra preocupação apontada durante o 63º Conad foi a importância de se avançar rumo a paridade de gênero na diretoria do ANDES-SN. Nesse sentido, foi deliberado aprofundar o debate sobre o formato e processo para tal paridade, para que sejam votados no 38º Congresso, que acontecerá em janeiro de 2019, em Belém (PA).

Reginaldo Araújo, diretor do ANDES-SN que coordenou a mesa dessa plenária, destacou algumas das deliberações. “O Conad tem a tarefa de atualizar o nosso plano de lutas, e essa plenária trouxe algumas discussões como a legislação sobre o uso do agrotóxico, que está avançando no Congresso Nacional. Percebeu-se também que o Gtpaua tem avanços importantes na questão do campo, mas titubeia para discutir as questões urbanas e as condições de vida dos trabalhadores no espaço urbano e, de alguma, forma o debate que aconteceu de ontem para hoje deu conta de avançar, inclusive com a aprovação de algumas propostas”, explicou.

ABORTO LEGAL

A luta pela legalização do aborto foi incluída na agenda do Sindicato Nacional durante o 37º Congresso, realizado no início desse ano em Salvador (BA). A temática também foi abordada durante a plenária de abertura do 63º Conad, com o registro da vitória das mulheres argentinas, com a aprovação do aborto legal, seguro e gratuito na Câmara Federal do país vizinho.

Com o objetivo de avançar na discussão aqui no Brasil, o ANDES-SN se une a dezenas de entidades sindicais e movimentos sociais na mobilização em torno da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que trata da descriminalização do aborto até doze semanas de gestação. Audiências públicas serão realizadas no início do mês de agosto, no Supremo Tribunal Federal (STF), e o Sindicato Nacional convoca toda a categoria a fortalecer os atos pela aprovação da ADPF.



Docentes atualizam lutas sobre saúde pública, previdência, ciência e tecnologia



O debate sobre as políticas de seguridade social e assuntos de aposentadoria teve como foco a atualização das lutas para barrar a contrarreforma da previdência e em defesa da saúde pública e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para isso, o Sindicato Nacional irá promover, em conjunto com a CSP-Conlutas e outras entidades, ações com o tema da contrarreforma da Previdência para manter a mobilização. Estão previstas também atividades em defesa do SUS, em articulação com a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e demais movimentos. O ANDES-SN irá participar do VIII Seminário Nacional da Frente, cuja temática é “O avanço do Capital sobre a saúde da classe trabalhadora”, em novembro.

A mobilização pela revogação da Lei nº 12550/11, que instituiu a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) será intensificada. Conforme deliberado, a categoria utilizará os dossiês da realidade dos Hospitais Universitários que foram privatizados pela Ebserh, destacando os prejuízos para o ensino, a pesquisa, a extensão e a autonomia universitária. Além disso, como empresa contribui para o desmonte do SUS.

Foi incluído, ainda, no Plano de Lutas sobre políticas de SSA, reafirmar a posição contrária e ampliar a denúncia da portaria 3588/2017, do Ministério da Saúde, que altera a reforma psiquiátrica e seus princípios. Além disso, os docentes se somarão às demais entidades e movimentos na luta pela revogação da portaria.

O Sindicato Nacional continuará, também, a denunciar o fornecimento de dados pessoais e profissionais da categoria docente - ativos e aposentados - para o sistema financeiro e para as operadoras de planos de saúde. A entidade irá avaliar a possibilidade de acionar juridicamente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog), e secretarias estaduais correspondentes.

C&T

Na atualização das questões sobre ciência e tecnologia, os docentes deliberaram pela participação do ANDES-SN na 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), divulgando a pauta do sindicato, no mês de julho em Maceió (AL). Definiram também realizar o III Seminário de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN para aprofundar o debate sobre o projeto de privatização da ciência

e tecnologia no país. O encontro está previsto para acontecer nos dias 26 e 27 de outubro.

Impeachment

Um dos textos de resolução que provocou maior debate na plenária sobre as lutas gerais foi o que propunha a atualização sobre o posicionamento do Sindicato Nacional sobre o processo que levou ao impeachment de Dilma Rousseff.

O texto foi apresentado por docentes da base, e chegou ao plenário com a proposta de modificação no item 1 “caracterizar o impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e o processo anterior e posterior, como um golpe institucional, organizado por parte de seus aliados através de uma ofensiva jurídico-parlamentar-patronal-midiática; fruto das contradições dos governos de conciliação de classe” e no item 2, “incentivar as seções sindicais a construir comitês de luta pela democracia em defesa da Universidade, contra as reformas do governo de Michel Temer e pela construção da greve geral”, ambas apresentadas pela diretoria do Sindicato Nacional aos grupos de trabalho.

O encaminhamento da mesa foi pela abertura de inscrições para debate e depois duas falas: uma para defender a manutenção do texto, com possibilidade de alteração e outro a supressão do texto, proposta que foi aprovada em um dos grupos de trabalho.

As manifestações dos 22 delegados e observadores que se inscreveram foram garantidas e, após as duas falas de defesas, a supressão do texto foi vencedora em uma votação apertada: 30 votos pela supressão, 27 pela manutenção com possibilidade de modificação e nenhuma abstenção.



Defesa ao povo palestino passa a integrar plano de lutas do ANDES-SN

Defesa dos migrantes venezuelanos também foi aprovada

DIVULGAÇÃO/INTERNET



Durante atualização e votação do Plano de Lutas dos setores do Sindicato Nacional foi apresentado e aprovado um texto de resolução pelo fortalecimento da campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel.

Em votação, os docentes deliberaram que o ANDES-SN se integre a campanha, divulgando e incentivando a mesma em suas bases e preste solidariedade internacional a luta do povo Palestino e contra o massacre daquela população.

Jacqueline Lima, diretora do ANDES-

SN, destacou a importante deliberação. "É de grande relevância que a carreira docente tenha se posicionado hoje pelo enfrentamento ao genocídio e ataque ao povo palestino", afirmou.

Venezuela

A ampliação da solidariedade ao povo venezuelano também foi discutida durante o 63º Conad, com base em uma proposta de resolução apresentada pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (Sesduf-RR SSind.).

Conforme deliberado em plenária,

o ANDES-SN irá articular junto à CSP-Conlutas, uma campanha nacional em solidariedade aos migrantes venezuelanos, no sentido de contribuir com apoio financeiro às ações que estão sendo desenvolvidas em Roraima.

Além disso, foi indicado que as seções sindicais reivindiquem, nas suas universidades, possíveis medidas que minimizem a dificuldade intrínseca de grupos migratórios em situação de vulnerabilidade, tais como cursos de idiomas específicos, gratuidade na revalidação de diplomas, vagas especiais e outras ações oriundas da realidade local.



Docentes definem agenda de lutas para os setores no segundo semestre

Entre as deliberações, está um dia de luta conjunta nas Ifes, Iees e Imes contra o assédio moral e sexual



Setor das Ifes

O fim do ponto eletrônico nas instituições foi destaque na pauta. Os docentes decidiram promover uma articulação política nacional com entidades afins, para dispensa do ponto eletrônico para docentes federais, estaduais e municipais do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) ou similar.

O setor das Ifes acompanhará ainda a agenda de lutas do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). No dia 10 de agosto, os docentes fortalecerão o Dia Nacional de Lutas e Paralisações nos estados, convocado pelas centrais sindicais e pelo Fórum. Na segunda quinzena de agosto, o Fonasefe realizará uma reunião ampliada sobre Serviços Públicos, com a participação dos servidores das três esferas. E, em 12 de setembro, deve ocorrer uma manifestação em defesa da data-base no funcionalismo público.

Avaliação

Jacqueline Lima, diretora do ANDES-SN responsável pela coordenação dos trabalhos da plenária, avaliou positivamente as deliberações. “Além da atualização e aprovação do plano de lutas pelos próximos seis meses, alguns aspectos são importantes como o fortalecimento das ações dos setores das Federais e das Estaduais, que tem propostas de lutas, como o dia de luta contra o racismo e o dia de luta contra o assédio moral e sexual. A denúncia sobre a questão do ponto eletrônico é um avanço que nós temos e um enfrentamento que precisa ser feito. Para além da denúncia do ponto eletrônico, temos também a do controle do trabalho docente. Em relação aos setores esses são aspectos importantes”, concluiu a docente.

Setor das Iees/Imes

O Encontro Nacional do Setor das Iees/Imes acontecerá na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), em Campos dos Goitacazes (RJ), entre os dias 21 e 23 de setembro, conforme deliberado. O Sindicato Nacional irá também, produzir, um dossiê com o histórico de lutas dos docentes das Estaduais e Municipais, bem como materiais temáticos de mobilização em defesa das Iees e Imes. A atualização da agenda do setor prevê também a realização de um Dia Nacional de Lutas em defesa da Previdência Pública, da carreira, salário e do Financiamento Público das Iees e Imes.

PORTARIA AUTORIZA REALOCAÇÃO OBRIGATÓRIA DE SERVIDORES

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou, em 4 de julho, a portaria 193/2018, que permite a realocação de servidores ou empregados da administração pública federal. De acordo com a portaria, a transferência é irrecusável, não depende da anuência prévia do órgão ou entidade ao qual o servidor está vinculado e a movimentação poderá ser por prazo indeterminado.

Conforme o texto, os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão solicitar ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), vinculado ao Mpog, a realocação do servidor ou empregado, em caso de necessidade, interesse público ou por motivo técnico ou de ordem operacional.

Em nota técnica, a Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN afirma que a portaria “extrapolou os limites de seu poder normativo, vez que impôs condições e critérios que, além de avançarem sobre garantias legais e constitucionais dos servidores públicos, não encontram amparo legal”. A nota está disponível no site do ANDES-SN. O Sindicato Nacional, em conjunto com as demais entidades que compõem o Fonasefe, está avaliando possíveis ações políticas e no campo judicial.



Plenária define questões organizativas do Sindicato Nacional



No último dia do 63º Conad, os docentes deliberaram uma série de resoluções referentes às questões organizativas do Sindicato Nacional. Aprovaram as prestações de contas do exercício de 2017, a previsão orçamentária para 2019 e a prestação de contas do 37º Congresso do ANDES-SN.

Comissão da Verdade

Durante a Plenária sobre Questões Organizativas e Financeiras, os delegados elegeram os novos membros da Comissão da Verdade do ANDES-SN para o próximo biênio. Foram escolhidos como titulares os docentes Josefa Lopes (Apruma - SSind.), Alexandre Marcondys (Sindunifap - SSind.) e Wanderson Fábio de Mello (Aduff - SSind.) e como suplente os docentes Cristiano Engelker (Aprofurg - SSind.) e Flavio Pereira (Adunioeste - SSind.). A comissão será ainda composta por dois representantes da Diretoria Nacional, Ana Maria Estevão, 3ª vice-presidente, e Erlando Rêses, 3º tesoureiro.

Histórico

Aprovada em março de 2013, durante

o 32º Congresso do Sindicato Nacional, a Comissão da Verdade foi criada com o propósito de contar a versão dos trabalhadores perseguidos nas universidades, uma vez que há várias discordâncias em relação à forma como foi constituída e como trabalhou a Comissão Nacional da Verdade, instituída pelo governo federal.

Desde que foi estabelecida, a Comissão da Verdade do ANDES-SN já realizou dois seminários nacionais e publicou o Caderno 27 do ANDES-SN “Luta Por Justiça e Resgate da Memória”.

64º Conad

Os delegados participantes do 63º Conad escolheram Brasília (DF) para sede do próximo Conad, que acontecerá na metade do ano de 2019. O evento será sediado pela Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (Adunb - Seção Sindical do ANDES-SN).

A proposta foi apresentada pela delegação da Adunb-SSind. O presidente da seção sindical, Luís Antônio Pasquetti, destacou a importância de reunir os docentes na capital federal e na instituição criada por Darcy Ribeiro

e que vem sofrendo com o desmonte promovido pelo governo federal.

Jacques Novion, vice-presidente da Adunb-SSind., reafirmou a relevância de levar docentes de diversas partes do país para ocupar o espaço da universidade e também da cidade de Brasília. Ele também ressaltou o processo de ataques à educação superior pública atual, que vem sendo promovido pelo Ministério da Educação (MEC), em especial contra a UnB e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que sofrem com a intensificação do processo de privatização. Além disso, ressaltou que a realização do Conad na UnB permitirá que a categoria docente da instituição tenha um maior contato com o Sindicato Nacional, fortalecendo a entidade.

Nova Seção Sindical

Também foi aprovada, *ad referendum* do 38º Congresso, a constituição da Associação dos Professores e Professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Sindoif - Seção Sindical do ANDES-SN).



Com leitura da **Carta de Fortaleza**, termina o 63° Conad

Após dias de intensos debates, terminou, em 1º de julho, com a leitura da Carta de Fortaleza, a sexagésima terceira edição do Conad. Antes, foi feita a votação das moções, nas quais os participantes expressaram apoio aos trabalhadores demitidos da Amsted Maxion, aos professores perseguidos na Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), à greve dos servidores técnico-administrativos em educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), à luta pela manutenção da Política Nacional de Educação Especial e também à federalização do Hospital São Paulo, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Manifestaram, ainda, solidariedade aos trabalhadores venezuelanos e repúdio às ações de repressão à manifestação dos professores do Piauí, em 21 de junho; à contratação de PMs aposentados, fardados e armados, feita pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); ao governo cearense de Camilo Santana (PT), que se nega a receber as seções sindicais do ANDES-SN Sinduece, Sindurca e Sindiuva, e também à política de segurança pública no estado, que criminaliza e assassina a população da periferia das cidades do Ceará.

Também repudiaram a limitação, pela reitoria da Universidade Federal de Lavras (Ufla), do uso dos espaços da instituição, a postura repressora na Universidade Federal do Amapá (Unifap), frente ao silenciamento da destruição de uma obra artística construída por um sindicalizado, e a prisão arbitrária de Stella Avallone, detida durante um ato contra o genocídio de jovens e crianças negras na capital paulista.

Sâmbara Paula, presidente da Sinduece-SSind., agradeceu a todos e todas que contribuíram para a realização do evento. Ela disse se sentir mais humana após a troca de experiências na construção coletiva do

NÚMEROS DO 63° CONAD:

Seções Sindicais: 70

Delegados/as: 61

Observadores/as: 210

Convidados/as: 5

Diretores/as: 32

Total de participantes: 308

Conad e também com os debates ocorridos durante o evento. “Ainda que muitas dificuldades possam ter ocorrido nesse Conad, acreditamos que demos o melhor de nós, e aprendemos nessa relação com o ANDES-SN e a ser mais parte do sindicato enquanto seção sindical”, comentou.

Célio Coutinho, 2º vice-presidente da Regional Nordeste 1 do Sindicato Nacional, também destacou a importância de realização do Conad na Uece para a valorização da universidade estadual.

Carta de Fortaleza

Eblin Farage, secretária-geral do ANDES-SN, fez a leitura da Carta de Fortaleza. Antes, ela registrou que a Comissão de Assédio do 63º Conad não recebeu nenhuma denúncia. Na carta, Eblin destacou os vários momentos emocionantes que marcaram a abertura de um dos maiores Conads já realizados pelo ANDES-SN, como as homenagens à funcionária do sindicato, Fátima Alves da Silva, e a Marielle Franco, vereadora assassinada no

Rio de Janeiro.

Ela encerrou a Carta de Fortaleza com os dizeres do poeta cearense Patativa de Assaré “eu sou de uma terra que o povo padece, mas não esmorece e procura vencer” e finalizou conclamando “Marielle, Presente”!

Antonio Gonçalves, presidente do Sindicato Nacional empossado na abertura do 63º Conad, agradeceu aos trabalhadores e trabalhadoras que participaram da organização do evento e à nova diretoria, que assumiu com a tarefa de “não permitir a descontinuidade nesse processo histórico de construção de um espaço onde a base pode se expressar livremente”.

Antonio finalizou o 63º Conad destacando que a categoria e a direção do Sindicato Nacional têm muitas tarefas a cumprir e espera encontrar todas e todos nas lutas e espaços de debate que acontecerão no próximo período. “Esses encontros nos fortalecem e, diante da dureza da vida, é fundamental termos esse ânimo para nos fortalecer no enfrentamento”, disse.



Marielle, presente! Maré, Presente!

Uma homenagem à Marielle Franco, vereadora do Psol do Rio de Janeiro assassinada em março deste ano, também marcou a plenária de Abertura, com a exibição de dois vídeos sobre a vereadora e ainda a fala de Shyrlei Rosendo, moradora da Favela da Maré, onde nasceu e cresceu Marielle.

Shyrlei foi convidada ao Conad para falar da atuação da vereadora e também da atual situação de violência e extermínio da população pobre e negra da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, atualmente sob intervenção federal militar.

Além da homenagem, durante a

plenária do tema III, os docentes debateram sobre a atuação do Sindicato Nacional no combate à violência no Rio de Janeiro (RJ), a exigência de respostas sobre a execução de Marielle e Anderson Gomes e a luta contra a intervenção militar.

Foi aprovado, por unanimidade, que o ANDES-SN, via secretaria regional e seções sindicais do RJ, continue a apoiar ações de combate à violência na favela da Maré, zona Norte do Rio, e demais favelas cariocas, denunciando as ações de extermínio promovidas pelo Estado e apoiando ações de organizações, movimentos e entidades locais que lutam pela defesa dos direitos humanos.

Além disso, os docentes decidiram que

o Sindicato Nacional incentivará que as demais secretarias regionais envidem esforços no sentido de reforçar ações de defesa dos direitos humanos nos estados e, ou regiões aonde se evidenciam a violência do Estado.

Em entrevista ao jornalista Hélcio Duarte, da Aduff Seção Sindical, Shyrlei conta que fez o cursinho pré-vestibular da Maré para ingressar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo ela, na época, se pagava uma ajuda de custo de R\$ 30. Atualmente, o curso é gratuito e, segundo ela, tem papel importante na formação dos jovens da comunidade, uma vez que possibilita ampliar a interpretação da realidade.

FOTOS: LUANA SOUTOS / ADUFMAT SSIND.





Pré-vestibular e Marielle

“Eu lembro que, o que me fez ir fazer a primeira prova da universidade foi o fato de eu não querer perder meus amigos no ensino médio, eu não queria me afastar deles”, comentou. “Me inscrevi para UFRJ, óbvio que eu não passei, antigamente era primeira e segunda fase. Aí pedi à minha tia para pagar o pré-vestibular para mim, e eu entrei no curso”.

Shyrlei formou-se em Pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Educação e Política Pública pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

(Unirio).

Ela contou que foi no Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) que conheceu Marielle Franco, que era secretária na recepção da instituição. “Quando eu entro, a Marielle já estava no primeiro ano da PUC, e era secretária. Como o pré-vestibular era uma coisa que atravessava todos os projetos, por exemplo, a gente fazia festa junina e estava todo mundo ali. Tinha aula sobre cidades, a gente estava ali, e Marielle estava o tempo inteiro. Então, a gente trocava muita informação”, relembrou.

De acordo com Shyrlei, Marielle estava muito presente nas atividades, e era impossível não conviver com a ela.

“Eu tenho experiência com a Marielle em dois momentos. Um é quando sou aluna do pré-vestibular e, por ironia do destino, eu era representante de turma, então tínhamos esse contato. E o segundo é quando eu vou trabalhar na Instituição. Foi Marielle quem me ligou [avisando] que tinha uma vaga de bolsista. Eu começo a ter uma relação com a Marielle, a partir do momento que eu viro estagiária da Instituição”, contou.

Depois de um tempo, Shyrlei encontrou novamente Marielle na Comissão de Direitos Humanos, como integrante do mandato de Marcelo Freixo. Ela conta que passou a encontrar com a vereadora toda vez que ocorria alguma chacina na



Marielle, presente!



Maré, ou outro tipo de ação policial, e nas manifestações.

Ela lembra que, quando Marielle decidiu lançar a candidatura, procurou-a. Shyrlei destaca que a experiência da vereadora, assim como a sua, era na rua, na militância, diferente de muitos quadros da esquerda que se forjam na academia. “A gente tinha que estar o tempo inteiro congregando estudo com trabalho. Você sai às 7 horas da manhã para a aula, chega ao trabalho às 14 horas e vai até às 22 horas. O máximo que você consegue fazer é participar de um grupo de pesquisa, quiçá de um debate ou outro ali”, explica, lembrando que participou, por um período, da coordenação da campanha de Marielle.

Assassinato de Marielle

Durante a entrevista, Shyrlei lembrou também o assassinato da vereadora. Ela conta que num primeiro momento não acreditou na informação. Mas, aos poucos, foram chegando diversas mensagens e a notícia se tornou realidade.

“Você fica em choque, tentando entender o que aconteceu, como, por que. Você não imagina que Marielle foi assassinada, porque, até então, a gente não sabia de nada”, conta.

Shyrlei lembra que, na manhã seguin-

te, o Fórum Basta de Violência, do qual ela faz parte, propôs a organização de um ato, mas sem a ter a dimensão que a manifestação tomaria. O ato no centro do Rio de Janeiro reuniu cerca de 6 mil pessoas, segundo a entrevistada.

“Acho que na cabeça de algumas pessoas, era assim, morreu uma pessoa, vereadora, preta, e vai passar em branco, gente que não tinha ideia do que aconteceu, nem da trajetória da Marielle. Ela ficou 12 anos na Comissão de Direitos Humanos, isso significa que ela passou por um grupo de mobilização, pessoas que são importantes para o campo da esquerda e para o campo dos direitos humanos, que tinham um carinho por ela. Uma empatia que a gente não tinha domínio, quiçá ela também tinha”, conta.

“Eu não imaginei que iria dar a quantidade de pessoas que deu naquele dia, mas o ato reflete a trajetória da Marielle, tem um sentimento de solidariedade, que está dado, porque é uma mulher negra e isso é um absurdo”.

“A figura Marielle mulher negra, que defende as mulheres, é LGBT, virou uma ideia que, quem deu o tiro para matar a Marielle, eu não sei se tinha a noção da repercussão que isso poderia dar, eu acho que não”, pondera. Na sua avaliação “foi um tiro muito mal dado” no sentido

de que despertou algo que também estava muito próximo de explodir, a pauta feminista, negra e LGBT.

Intervenção militar

Durante a conversa com o jornalista da Aduff SSind., Shyrlei refletiu também sobre a intervenção federal militar no Rio de Janeiro. Na sua avaliação, a intervenção é um fato político para tentar salvar o governo Temer do fracasso da votação da Previdência e para uma suposta tentativa de fôlego para o PMDB no estado.

“O que acontece? Qual o problema? A intervenção surge diante de uma farsa. Ela vem como proposta diante de uma farsa depois da expedição de 44 Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Brasil. Só no Rio foram 17. A justificativa é que o carnaval foi o mais violento [dos últimos anos]. Só que as pessoas vão dizer, de uma forma geral, que o impacto da intervenção para garantia dos direitos, da segurança pública não existe, porque se tem uma sensação ainda de insegurança”, aponta.

“Parece que diminuiu, por exemplo, o número de roubos e furtos, mas ainda é muito pequeno. Essa intervenção, que é uma tragédia, poderia ter cumprido um outro papel. Por exemplo, se você faz uma articulação nas fronteiras. Mas o que está acontecendo? O que alguns chamam de processo de militarização da segurança pública, outros vão chamar de processo de militarização das favelas. Se tem dado cada vez mais para o exército o papel de polícia, mas o papel do exército não é ser polícia, o papel do exército é controlar as fronteiras”, critica.

Ela pondera que se o exército fosse colocado, de fato, para controlar as fronteiras, provavelmente haveria um impacto muito mais positivo nas dinâmicas dos grupos civis armados no Rio de Janeiro, do que o que ocorre com a intervenção no estado fluminense. “Qual o número de armas, por exemplo, que foram apreendidas da intervenção pra cá? Mudou? Os dados da intervenção vão dizer que não.”

Shyrlei ressalta que o direito à segurança pública poderia ser melhor e muito mais planejado, se os recursos investidos na intervenção, na compra de armas e carros blindados, fossem direcionados para políticas que de fato atendessem à população. “Se você quer pensar no futuro de uma política de segurança pública cidadã, você investe em inteligência. Mas não é o que acontece”, conclui.